ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS
DIÁRIO DO LEGISLATIVO
Sexta-feira, 15 de março de 2024

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS
1.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
1.2 – Comissões
2 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO
3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
4 – ERRATAS

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 14/3/2024

Presidência da Deputada Lohanna

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Bim da Ambulância – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegado Christiano Xavier – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – João Magalhães – Leleco Pimentel – Lohanna – Neilando Pimenta – Professor Wendel Mesquita – Rodrigo Lopes – Tito Torres.

Falta de Quórum

A presidenta (deputada Lohanna) – Às 14h13min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 19 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 14/6/2023

Às 14h10min, comparecem à reunião a deputada Maria Clara Marra e os deputados Adriano Alvarenga, Douglas Melo e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adriano Alvarenga, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Ministério Público de Minas Gerais (20/5/2023) e da Câmara Municipal de Ouro Fino (8/6/2023). A presidência torna sem efeito a aprovação do Requerimento em Comissão nº 2.303/2023. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.008/2023. Cumprida a finalidade da

reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2023.

Adriano Alvarenga, presidente – Eduardo Azevedo – João Magalhães.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/3/2024

Às 15h33min, comparecem à reunião as deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e o deputado Betão, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Macaé Evaristo e os deputados Leleco Pimentel e Cristiano Silveira. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.637, 5.640, 5.641, 5.644, 5.650, 5.884 e 5.898/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.270/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a regularidade do cadastramento do Ambulatório de Acolhimento em Diversidade de Gênero do Hospital Infantil João Paulo II no Ministério da Saúde quanto aos seguintes pontos: se esse ambulatório está devidamente cadastrado no Ministério da Saúde para prestação de serviços de saúde voltados para a diversidade de gênero, fornecendo o número do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – Cnes – do referido ambulatório, em caso afirmativo; qual é a abrangência dos serviços oferecidos pelo ambulatório; quais os principais serviços disponíveis para a população atendida; como tem sido a demanda por serviços de saúde voltados para a diversidade de gênero no hospital; se há algum plano de expansão ou aprimoramento dos serviços oferecidos; e se existe alguma política específica ou programa de capacitação para os profissionais de saúde que atuam no ambulatório, visando garantir um atendimento adequado e sensível às necessidades da população LGBTQIA+;

nº 7.319/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada visita ao Presídio Inspetor José Martinho Drumond, no Município de Ribeirão das Neves, para obter esclarecimentos sobre as condições de funcionamento da unidade prisional e a assistência material, médica, social e jurídica prestadas às pessoas custodiadas, bem como aos servidores e servidoras ali lotados;

nº 7.320/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada visita ao Presídio Promotor José Costa, no Município de Sete Lagoas, para obter esclarecimentos sobre as condições de funcionamento da unidade prisional, a assistência material, médica, social e jurídica prestadas às pessoas custodiadas, bem como aos servidores e servidoras ali lotados;

nº 7.321/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada visita à Penitenciária Nelson Hungria, no Município de Contagem, para obter esclarecimentos sobre as condições de funcionamento da unidade prisional e a assistência material, médica, social e jurídica prestadas às pessoas custodiadas, bem como aos servidores e servidoras ali lotados;

nº 7.322/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada visita ao Presídio Antônio Dutra Ladeira, no Município de Ribeirão das Neves, para obter esclarecimentos sobre as condições de funcionamento da unidade prisional e a assistência material, médica, social e jurídica prestadas às pessoas custodiadas, bem como aos servidores e servidoras ali lotados;

nº 7.347/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para inclusão dos seguintes medicamentos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – Rename: oxibato de sódio, pitolisant, modafinita, armodafinita, lisdexanfetamina, metilfenidato;

nº 7.348/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para que sejam incluídos nas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em medicina conteúdos relacionados a doenças raras, em particular os distúrbios do sono, a exemplo da narcolepsia e da hipersonia idiopática, e a esclerose lateral amiotrófica;

nº 7.349/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Saúde Suplementar pedido de providências para determinação aos planos de saúde privados da não utilização do chamado "rol taxativo" em suas coberturas, procedimentos, exames e autorizações, no tocante ao atendimento e à assistência para pacientes em busca de diagnóstico de doenças raras, tendo em vista a Lei Federal nº 14.545, de 2022, que altera a Lei Federal nº 9.656, de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, para estabelecer critérios que permitam a cobertura de exames ou tratamentos de saúde que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar; e ainda que seja implementada fiscalização acerca do cumprimento dessa norma;

nº 7.350/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para credenciamento, no âmbito da rede do Sistema Único de Saúde – SUS –, de clínicas do sono, equipadas com polissonografia e capazes de realizar teste de latência múltipla do sono;

nº 7.395/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para que o diagnóstico pré-gestacional genético das doenças raras hereditárias seja incorporado ao escopo de exames essenciais do Sistema Único de Saúde – SUS;

nº 7.396/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para que seja destinado um aporte financeiro à pesquisa científica sobre esclerose lateral amiotrófica – ELA –, visando fomentar estudos e iniciativas que contribuam para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento dessa doença devastadora;

nº 7.397/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para que a modalidade de tratamento *home care* seja devidamente efetivada como política pública permanente para o tratamento de pacientes diagnosticados com doenças raras, de modo a evitar a judicialização de processos da parte de pacientes que não possuem condições financeiras para arcar com os custos e que demandam um acompanhamento em período integral;

nº 7.398/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Corregedoria da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para a apuração da denúncia de que Valério Araújo Rocha (52 anos), que estava em surto psicótico, foi supostamente alvejado pela polícia militar no Município de Contagem, no dia 15/2/2024;

nº 7.399/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para elaboração da Política Nacional para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde;

nº 7.402/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Mesa da Assembleia Legislativa pedido de providências para apensar os seguintes documentos ao Projeto de Lei nº 294/2015, de forma a dar subsídio para apreciação da matéria por esta Casa: as notas taquigráficas da audiência pública realizada em 29/2/2024 pela Comissão de Direitos Humanos, que teve a finalidade de debater, na perspectiva dos direitos humanos, os impactos do Projeto de Lei nº 294/2015, que determina a comunicação, pelos hospitais, clínicas e postos de saúde das ocorrências de embriaguez ou uso de drogas por criança ou adolescente, e as possíveis violações dos direitos humanos fundamentais das crianças e adolescentes; as respostas da Secretaria de Estado de Saúde e da

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social ao pedido de diligência da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, relativas ao Projeto de Lei nº 2.623/2011, que determina a comunicação, pelos hospitais, clínicas e postos de saúde, das ocorrências de embriaguez ou uso de drogas por criança ou adolescente, o qual deu origem ao Projeto de Lei nº 294/2015, em razão de desarquivamento; o documento, com posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 294/2015, elaborado por dezenas de entidades de luta pela defesa da saúde mental e dos direitos humanos; e a Nota Técnica nº 1/2024, da Coordenadoria Estratégica de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, na qual a referida coordenadoria opina acerca dos dispositivos que compõem o Projeto de Lei nº 294/2015;

nº 7.453/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao juiz diretor do foro do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – em Betim pedido de informações acerca do cumprimento, nessa Comarca, do inciso IV do art. 21 da Lei nº 15.424, de 30/12/2004, acrescentado pelo art. 10 da Lei nº 24.632, de 28/12/2023, que dispõe que "Os declaradamente pobres estão isentos do pagamento de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária: (…) V – pela averbação da alteração do prenome, do agnome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais";

nº 7.468/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao juiz diretor do foro do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, em Itaúna, e ao juiz diretor do foro do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, em Betim, pedido de informações acerca do cumprimento, nessa comarca, do inciso IV do art. 21 da Lei nº 15.424, de 30/12/2004, acrescentado pelo art. 10 da Lei nº 24.632, de 28/12/2023, que dispõe em seu art. 21 que os declaradamente pobres estão isentos do pagamento de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária devida para averbação de alteração do prenome, do agnome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais;

nº 7.490/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Sabará pedido de informações sobre os direitos dos moradores da Rua da República, nºs 16 a 26, região do Marzagão, CEP 34585-600, em Sabará, relativamente às seguintes questões: se a rua consta nos mapas oficiais da cidade e com qual zoneamento; se há proteção na área devido à sua dimensão histórica; se após as enchentes de 2019 e 2020 foram destinados recursos municipais, estaduais ou federais para aplicação em obras na região; se há nessa localidade fornecimento de água e luz e serviços de limpeza urbana; se o direito humano à água está sendo observado; e, por fim, se os moradores são atendidos pela prefeitura com os serviços públicos gerais;

nº 7.491/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao delegado regional da Polícia Civil de Sabará pedido de informações sobre a atuação da Polícia Civil em relação aos moradores da Rua da República, nºs 16 a 26, região do Marzagão, CEP 34585-600, em Sabará, quanto às seguintes questões: se há inquéritos policiais em curso que envolvam os moradores da referida rua ou mesmo investigações preliminares; se a Polícia Civil realizou incursões na referida rua e com qual objetivo; e se há atuação da Polícia Civil em conjunto com a Polícia Militar na área;

nº 7.492/2024, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater as violações de direitos humanos que têm sofrido os moradores da ocupação Construindo Sonhos, localizada no Bairro Ribeiro de Abreu, em Belo Horizonte, em sua luta por direito a moradia digna;

nº 7.500/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulada manifestação de repúdio à mineradora Vale S.A. pela propositura de um pedido de liminar junto à Justiça Federal da 6ª Região para impedir que o cacique Merong Kamakã Mongoió, encontrado morto na manhã da última segunda-feira, dia 4/3/2024, fosse sepultado no território kamakã mongoió, localizado no Córrego de Areias, em Brumadinho, impedindo, assim, o direito à memória de luta do líder indígena, bem como o direito ao luto e às tradições de seu povo;

nº 7.504/2024, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado à Coordenação-Geral de Proteção à Testemunha e aos Defensores de Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania pedido de providências para que se envidem todos os esforços possíveis e se encaminhem os procedimentos

necessários para incluir todas as lideranças das retomadas indígenas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em especial aquelas localizadas nas áreas atingidas pelo rompimento da Barragem B1, da Mina Córrego do Feijão, de propriedade da empresa Vale S.A., em Brumadinho, no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas – PPDDH;

nº 7.479/2024, das deputadas Macaé Evaristo, Ana Paula Siqueira, Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves, Leninha e Lohanna e dos deputados Betão, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Cristiano Silveira, Lucas Lasmar, Luizinho, Marquinho Lemos e Ricardo Campos, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que sejam apuradas as circunstâncias que levaram à morte do cacique Merong Kamaka Mongóio em Brumadinho, no dia 4/3/2024;

nº 7.496/2024, das deputadas Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Leninha, em que requerem seja realizada audiência pública em memória do cacique Merong Kamakã Mongoió, que liderava a retomada indígena kamakã mongoió, uma das seis etnias dos povos pataxó hã-hã-hãe, e debater a segurança das demais lideranças indígenas do Estado de Minas Gerais.

Regsitra-se a presença do deputado Bruno Engler.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões,13 de março de 2024.

Betão, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/3/2024

Às 16h12min, comparecem à reunião as deputadas Lohanna e Macaé Evaristo e os deputados Professor Cleiton, Bosco e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* em 23/2/2024: ofício da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.194/2021 forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Professor Cleiton), 3.644 e 3.796/2022 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Professor Cleiton); 665/2023 na forma original (relator: deputado Mauro Tramonte); 886, 954 e 1.228/2023 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Professor Cleiton); 1.298/2023 na forma do vencido no 1º turno (relatora: deputada Macaé Evaristo); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.730/2022 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Lohanna). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 1.417/2023, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.829 e 5.899 a 5.901/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.387/2024, das deputadas Bella Gonçalves e Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais – Fecomércio-MG –, ao Serviço Social do Comércio de Minas Gerais – Sesc-MG –, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Minas Gerais – Senac-MG –, à Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDL –, à Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – e à Rede de Supermercados Mart Minas pedido

de providências para que, nas ações de apoio ao Carnaval de Belo Horizonte, incorporem o projeto ReciclaBelô, elaborado pelas cooperativas de catadores de resíduos sólidos da capital, para acompanhamento social e logístico do trabalho por eles realizado, bem como para planejamento e financiamento de programa de manejo de resíduos;

nº 7.388/2024, das deputadas Bella Gonçalves e Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado à Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte – Belotur – pedido de providências para que, na preparação do Carnaval de Belo Horizonte, em especial no processo de articulação com os patrocinadores da festa, incorpore o projeto ReciclaBelô, elaborado pelas cooperativas de catadores de resíduos sólidos da capital, para acompanhamento social e logístico do trabalho por eles realizado, bem como para planejamento e financiamento de programa de manejo de resíduos;

nº 7.391/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com jornal *Brasil de Fato MG* pelos 11 anos de existência e circulação nas mídias de Minas Gerais e do Brasil, como importante veículo de comunicação e resistência do povo mineiro;

nº 7.392/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a importância do jornal *Brasil de Fato MG* e sua presença há 11 anos no Estado, bem como para proceder à entrega do diploma referente a voto de congratulações com esse jornal;

nº 7.403/2024, da deputada Macaé Evaristo e do deputado Mauro Tramonte, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para a regulamentação da Lei nº 24.462, de 26/9/2023, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura: Descentra Cultura Minas Gerais e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências;

nº 7.404/2024, da deputada Macaé Evaristo, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Santa Luzia, para debater a implementação das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc nesse município;

nº 7.506/2024, dos deputados Bosco, Professor Cleiton e Mauro Tramonte e da deputada Macaé Evaristo, em que requerem seja formulado voto de congratulações com a ministra da Cultura pela realização da IV Conferência Nacional de Cultura;

nº 7.507/2024, dos deputados Bosco, Professor Cleiton e Mauro Tramonte e da deputada Macaé Evaristo, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o prefeito municipal de Araxá pelo sucesso da realização do Carnaval de Araxá de 2024;

nº 7.508/2024, dos deputados Bosco, Professor Cleiton e Mauro Tramonte e da deputada Macaé Evaristo, em que requerem seja formulado voto de congratulações com a presidente da Fundação Cultural Calmon Barreto pelo sucesso do Carnaval de Araxá de 2024.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de março de 2024.

Professor Cleiton, presidente – Mauro Tramonte – Beatriz Cerqueira – Macaé Evaristo – Lohanna.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 13/3/2024

Às 9h42min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater os impactos do veto do governador do Estado ao art. 7º da Lei Complementar nº 173, de 2023, que regulamenta o § 19 do art. 36 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a imunidade tributária da contribuição previdenciária em

razão de doença incapacitante, no âmbito do regime próprio de previdência social, e dá outras providências. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público (um ofício em 1º/2/2024); da Universidade Federal de Itajubá (um ofício em 9/2/2024); e da Secretaria de Estado de Educação (um ofício em 12/1/2024, um ofício em 17/1/2024, nove ofícios em 24/1/2024 e dois ofícios em 7/2/2024). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.478/2024, da deputada Macaé Evaristo, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Ari da França, no Município de Belo Horizonte, para averiguar a obra que deveria ter sido realizada no ano de 2018 e que se encontra paralisada;

nº 7.509/2024, do deputado Leleco Pimentel e outros, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – no Estado;

nº 7.514/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância de uma política da carreira do ensino superior e da valorização salarial, bem como para promover o lançamento da campanha salarial de 2024 da categoria;

nº 7.521/2024, das deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada visita ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, para discutir mecanismos, no âmbito das competências desse órgão, relativos ao cumprimento da Constituição e da legislação vigente, para cobrar do governo do Estado a nomeação de todos os candidatos aprovados no concurso regido pelo Edital SEE nº 7/2017, tendo em vista a existência de grande quantitativo de cargos vagos, bem como o prazo de validade do referido concurso, que termina em 12/4/2024, e o prazo determinado pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 915;

nº 7.522/2024, das deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada visita ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, para discutir mecanismos, no âmbito das competências desse órgão, relativos ao controle de legalidade, para cobrar do governo do Estado a nomeação de todos os candidatos aprovados no concurso regido pelo Edital SEE nº 7/2017, tendo em vista a existência de grande quantitativo de cargos vagos, bem como o prazo de validade do referido concurso, que termina em 12/4/2024, e o prazo determinado pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 915;

nº 7.523/2024, das deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada visita ao Ministério Público Federal, em Belo Horizonte, para discutir mecanismos, no âmbito das competências desse órgão, relativos ao cumprimento da Constituição e da legislação vigente, para cobrar do governo do Estado a nomeação de todos os candidatos aprovados no concurso regido pelo Edital SEE nº 7/2017, tendo em vista a existência de grande quantitativo de cargos vagos, bem como o prazo de validade do referido concurso, que termina em 12/4/2024, e o prazo determinado pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 915;

nº 7.524/2024, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao Sr. Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, pela indicação do deputado federal Nikolas Ferreira à presidência da Comissão de Educação dessa câmara, permitindo que interesses políticos e ideológicos obscureçam a importância vital da educação para o futuro do nosso país;

nº 7.526/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Prefeitura Municipal de Machacalis pedido de providências para que sejam adotadas medidas urgentes com o objetivo de viabilizar melhores condições para o acesso à educação dos estudantes residentes na zona rural desse município, especificamente, nos povoados do Córrego do Morcego, de Piabas, de Sorte Grande, da Fazenda dos Vilelas e de Alcobaça, os quais estão enfrentando inúmeros desafios para chegar às escolas da região, devido às péssimas condições das estradas, em decorrência dos estragos causados pelo período chuvoso, e à ineficiência do serviço de transporte prestado aos alunos;

nº 7.546/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Geraldo Francisco Barbosa, ocorrido em 3/3/2024;

nº 7.554/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Superintendência Regional de Ensino de Ubá pedido de providências para a apuração da responsabilidade pelos serviços executados e a imediata restauração das plenas condições de funcionamento da Escola Estadual Eunice Weaver, localizada na Colônia Padre Damião, nesse município, em virtude do recente desabamento do telhado da instituição, ocorrido após cinco meses da conclusão das obras;

nº 7.555/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e ao superintendente regional de Ensino de Ubá pedido de informações sobre o processo licitatório da obra realizada na Escola Estadual Eunice Weaver;

nº 7.556/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Superintendência Regional de Ensino de Ubá pedido de providências para que seja enviada, em caráter emergencial, equipe técnica especializada à Escola Estadual Eunice Weaver, na Colônia Padre Damião, em Ubá, em razão do desabamento do telhado dessa instituição de ensino;

nº 7.561/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação pedido de providências com vistas à homologação, em caráter de urgência, do Parecer Orientador nº 50/2023, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece orientações específicas para o atendimento de estudantes com transtorno do espectro autista – TEA –, considerando-se que a homologação de tal normativa é essencial para garantir a educação inclusiva e um ambiente facilitador das mais diversas subjetividades para pessoas com TEA;

nº 7.571/2024, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a instalação da unidade do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG – em Belo Horizonte, bem como para discutir as diversas possibilidades para sua melhor e mais adequada localização, em razão da confirmação de sua implantação em evento realizado no dia 12 de março de 2024, no Palácio do Planalto;

nº 7.579/2024, da deputada Macaé Evaristo, em que requer seja encaminhado ao Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja revista a adoção do ensino médio de tempo integral na Escola Estadual Melquíades Batista de Miranda, no Município de Carmo do Cajuru, considerando-se especialmente que a escola perdeu boa parte dos seus estudantes para escolas de ensino regular localizadas em outros municípios;

nº 7.584/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de providências para que, considerando as demandas locais e o potencial da região, seja realizado estudo de viabilidade para a implementação da oferta de curso de *design* de moda na unidade da Uemg em Divinópolis;

nº 7.586/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a falta de recolhimento ao INSS das contribuições previdenciárias dos trabalhadores em educação do Estado que não pertencem ao quadro de efetivos, prejudicando gravemente o direito à aposentadoria desses profissionais;

nº 7.588/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a antropóloga e historiadora Lilia Moritz Schwarcz por sua eleição como imortal da Academia Brasileira de Letras;

nº 7.592/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para tratar dos impactos da Resolução SEE nº 4.955, de 5 de fevereiro de 2024, na organização e no funcionamento dos centros estaduais de educação continuada – Cesec;

nº 7.593/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para alteração do art. 11 da Resolução SEE nº 4.920/2023, com vistas a garantir que o candidato à contratação que cometer algum equívoco na conferência dos dias trabalhados ao fazer sua inscrição possa ser reclassificado de forma que lhe seja permitido concorrer nas próximas contratações com o tempo verificado, pois, na redação atual do referido dispositivo, ele é desclassificado;

nº 7.594/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja garantido o direito à extensão de carga horária aos servidores admitidos após aprovação no concurso regido pelo Edital nº 5/2014, conforme determina o art. 35 da Lei nº15.293, de 2004, sem quaisquer restrições;

nº 7.595/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que as obras de reforma da Escola Estadual Pedro de Alcântara Nogueira, em Ribeirão das Neves, sejam finalizadas;

nº 7.596/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam realizadas, com urgência, obras de reforma no refeitório, na cozinha e no piso da entrada do segundo endereço da escola estadual do Município de Belmiro Braga, no Distrito de Porto das Flores;

nº 7.598/2024, do deputado Betão e outros, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a situação financeira e orçamentária dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia de Minas Gerais, bem como a política de investimentos públicos para garantia das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

nº 7.599/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Tito Fulgêncio, no Município de Belo Horizonte, para averiguar as condições de matrícula e funcionamento das turmas.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra e agradece a presença dos seguintes convidados: Sras. Adenalva Soares Maciel da Rocha, auxiliar de serviços básicos da Escola Estadual Américo Antunes de Oliveira, em Turmalina; Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG; Gina Mara Pereira, diretora estadual do Sind-UTE-MG; Maria Aparecida, auxiliar de serviços básicos em Governador Valadares; Maria Aparecida de Oliveira, coordenadora da subsede do Sind-UTE-MG em Uberaba; Maria Catarina Laborê Domingues Vale, coordenadora da Câmara de Beneficiários do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – de Divinópolis e Região Oeste; Maria Ferreira dos Santos Lima, representante do Sind-UTE-MG em Unaí – Região Noroeste; e Marilda de Abreu Araújo, diretora da subsede do Sind-UTE-MG em Divinópolis e membro suplente do Conselho de Beneficiários do Ipsemg; e Srs. André Luiz Moreira dos Anjos, presidente do Ipsemg; Antônio Martinho Almeida Brito, agente de serviço de educação básica em Betim; Geraldo Antônio Henrique da Conceição, presidente do Conselho de Beneficiários do Ipsemg; Geraldo da Costa Silva, diretor estadual do Sind-UTE-MG em Montes Claros; Luciano Cláudio Furtado, diretor estadual do Sind-UTE-MG; e Nildo Benício, professor da rede estadual de ensino em Ipatinga. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra aos deputados presentes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de março de 2024.

Macaé Evaristo, presidenta.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 14/3/2024, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Ofício nº Seinfra/ARI nº 382/2023, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.291/2023, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. (– Anexe-se ao Requerimento nº 2.291/2023.).

Ofício nº GAB/0368/2024, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.347/2023, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 2.347/2023.).

Ofício nº CT 03.0104 GRCR FCR/2024, da CLARO Brasil Regional Brasília, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.579/2023, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. (– Anexe-se ao Requerimento nº 4.579/2023.).

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.878/2023, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 4.878/2023.).

Ofício do Instituto Estadual de Florestas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.106/2023, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 5.106/2023.).

Ofício do Instituto Estadual de Florestas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.467/2023, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 5.467/2023.).

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.550/2024, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 5.550/2024.).

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.559/2024, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 5.559/2024.).

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.560/2024, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 5.560/2024.).

Ofício da deputada Bella Gonçalves, solicitando sejam apensados ao Projeto de Lei nº 294/2015 os documentos que menciona. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Ofício da deputada Nayara Rocha, solicitando sejam apensadas ao Projeto de Lei nº 268/2023 as notas taquigráficas da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular, realizada em 13/4/2023. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/3/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Andrêy de Paula Macêdo, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Democracia e Luta, vice-líder deputado Leleco Pimentel;

exonerando Cassiene Aparecida Peixoto, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mauro Tramonte;

exonerando Luciene Mudesto Mendes, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

exonerando Márcia Alaide Ribeiro Sacramento, padrão VL-14, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leleco Pimentel;

exonerando Raquel Lucas Pereira Toledo, padrão VL-33, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Nayara Rocha;

nomeando Andre Luiz Moura, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

nomeando Dimas Henrique de Miranda Andrade, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas em Frente, vice-líder deputado Bim da Ambulância;

nomeando Márcia Alaide Ribeiro Sacramento, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Democracia e Luta, vice-líder deputado Leleco Pimentel;

nomeando Raquel Lucas Pereira Toledo, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Ricardo Antônio Reis da Silva, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leleco Pimentel;

nomeando Silvia Soares Rocha Tiradentes Pimenta, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Wesley Mendes dos Santos, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 7/2027

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 24/2024

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 1º/4/2024, às 9 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de serviço de transporte de telecomunicação, via rede óptica, para transmissão de sinais de áudio e vídeo.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 14 de março de 2024.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 037/2024

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Comercial Brasil de EPI Ltda. EPP. Objeto: aquisição de capacetes e caneleiras. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1). Licitação: adesão à Ata de Registro de Preços n° 21C, referente ao RP nº 21/2022 – Pregão Eletrônico para Registro de Preços de Planejamento nº 337/2022 –, e à Ata de Registro de Preços nº 24B, referente ao nº RP 24/2022 – Pregão Eletrônico para Registro de Preços de Planejamento nº 338/2022 –, da Polícia Militar de Minas Gerais.

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 037/2024

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: O.Filizzola & Cia Ltda. Objeto: aquisição de escudos antitumulto. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1). Licitação: adesão à Ata de Registro de Preços

n° 21D, referente ao RP nº 21/2022 – Pregão Eletrônico para Registro de Preços de Planejamento nº 337/2022 –, da Polícia Militar de Minas Gerais.

ERRATAS

PROJETO DE LEI Nº 2.080/2024

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/3/2024, na pág. 39, acrescente-se, após a assinatura, o seguinte:

"ANEXO

– Os anexos do Projeto de Lei nº 2.080/2014 podem ser acessados por meio do *link* a seguir:

https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/56/853/2056853.pdf.".

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/3/2024

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/3/2024, na pág. 62, sob o título "Requerimentos", no despacho do Requerimento nº 6.060/2024, onde se lê:

"(– À Comissão do Trabalho.)", leia-se:

"(– À Comissão de Transporte.)".

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 794/2023

Comissão de Cultura

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/3/2024, na pág. 113, na conclusão, onde se lê:

"Diante do exposto, somos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 794/2023, na forma do Substitutivo nº 1, redigido a seguir.

SUBSTITUTIVO Nº 1", leia-se:

"Diante do exposto, somos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 794/2023 na forma do Substitutivo nº 2, redigido a seguir.

SUBSTITUTIVO Nº 2".